



# Dia a Dia

Sandro Thadeu

e-mail: diaadia@atribuna.com.br

## Felipe Rominha será expulso do PSDB, mas quer ficar

O vereador vicentino Felipe Rominha será expulso do PSDB. Essa recomendação foi feita pelo Conselho Estadual de Ética e Fidelidade da sigla, após o parlamentar ter apoiado a reeleição do governador Márcio França (PSB). Em entrevista concedida ontem ao programa Manhã de Notícias, da Rádio Nova FM, o presidente deste órgão interno da legenda, Raul Christiano, disse que a Comissão Executiva paulista da agremiação oficializará a saída de Rominha do partido na próxima reunião, que ocorrerá na segunda-feira. O parlamentar foi procurado pela coluna e afirmou estar surpreso com a revelação feita por Christiano, pois não recebeu nenhum comunicado oficial a respeito do assunto. O vereador alegou que o regimento interno do PSDB é claro ao citar que a direção estadual tem 90 dias para tomar uma atitude em casos desse tipo, mas isso não foi respeitado. Portanto, qualquer decisão após esse prazo deve ser considerada nula. "Se for expulso, vou procurar a Justiça", frisou.

## Dois pesos, duas medidas

O parlamentar reclamou da postura contraditória da sigla. Afinal, dois importantes tucanos oriundos da região também foram acusados de infidelidade partidária - os prefeitos Bruno Covas, de São Paulo, e Paulo Alexandre Barbosa, de Santos -, mas os processos administrativos contra eles acabaram arquivados pela Executiva nacional.

## Reforço no Executivo

Rominha licenciou-se da Câmara para assumir a Secretaria Municipal de Comércio, Indústria e Negócios Portuários. O mesmo caminho foi seguido por Gustavo Palmieri (PSB), que estará à frente da pasta de Meio Ambiente e Proteção Animal. Esdras Nascimento (PSB) ficará na de Planejamento, Resultados e Assuntos Metropolitanos.

## Novas caras

Com essas mudanças na política vicentina, três novos vereadores tomaram posse ontem: Gil do Conselho (PSDB), Alexandre Rodrigues (PSB) e Jailton Jatobá (Patri).

## Novo desdobramento

Na reunião virtual da Comissão Executiva estadual do PSDB realizada na noite de ontem, foi deliberado que o diretório paulista não homologará o resultado da convenção da legenda em Santos agendada para este domingo. Além disso, uma comissão provisória será definida para dirigir o partido na Cidade.

## Outro olhar

O presidente do diretório municipal, Flávio Jordão, será notificado hoje sobre essa definição do núcleo paulista. Houve o entendimento que o sinal verde para realizar a convenção em Santos foi um ato monocrático do presidente nacional da sigla, Geraldo Alckmin, e não uma decisão da Executiva nacional.

ARQUIVO



## Tirando a limpo

O projeto Nova Ponta da Praia ainda gera dúvidas entre os munícipes, principalmente entre os moradores do bairro. O vereador Sadao Nakai (PSDB - foto) vem levantando uma série de perguntas sobre o empreendimento, o que tem incomodado alguns integrantes do Executivo. Há quem diga que o tucano virou oposição.

## Pedagogia pura

"Muita gente deve estranhar a minha fiscalização. Mas a vida é assim. Tenho o pai morto, mas se ele estivesse vivo e eu fizesse algo errado, teria o dever de apontar. Se meu filho faz algo errado, devo corrigir", justificou Nakai, que esteve à frente da Secretaria Municipal de Esportes entre janeiro de 2017 e outubro do ano passado.

## O bicho pegou

Ontem, no final da vistoria para verificar se as obras do projeto já tinham começado na Ponta da Praia, o clima esquentou entre Nakai e o secretário municipal de Desenvolvimento Urbano, Júlio Eduardo dos Santos.

## Tolerância zero

O parlamentar, de origem japonesa, deixou o jeito tranquilo de lado e ficou muito irritado com a postura e com as falas do representante da Administração sobre o projeto.



É uma preocupação de todos nós o ativismo do Judiciário usurpando muitas vezes o papel e o poder do Congresso Nacional"

Damares Alves, ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, ao dizer que debate sobre o aborto cabe aos parlamentares

# Hospedaria não deve mais abrigar Fatec

**EDUARDO BRANDÃO**

■■■ A transformação das ruínas da Hospedaria dos Imigrantes, na Vila Mathias, em campus da Faculdade de Tecnologia de São Paulo (Fatec) Rubens Lara não deverá ocorrer. Alterações na Lei de Uso e Ocupação do Solo de Santos podem inviabilizar o projeto, debatido desde 2012, mas que nunca saiu do papel.

A situação foi citada pela direção da Fatec, durante reunião com representantes de classes, na qual informou que os cinco cursos oferecidos no prédio atual, na Aparecida, serão transferidos de lugar. Segundo *A Tribuna* apurou, ficarão no quinto andar do edifício onde funcionava uma empresa de telemarketing, na Vila Mathias. No quarto andar, ficará a Escola Técnica (Etec) Escolástica Rosa.

O diretor da Fatec Rubens Lara, Jorge Monteiro Junior, explicou que a intenção da Prefeitura em transformar a Rua Silva Jardim (onde fica a Hospedaria) como limite da zona de amortecimento do Porto levou ao engavetamento do projeto. Segundo ele, o campus estaria alocado numa área onde se permitiriam apenas atividades portuárias.

“Vamos oficializar ao Centro Paula Souza (CPS, que é o órgão estadual responsável pelas Etecs e Fatecs) que devolva o prédio (da Hospedaria) à Prefeitura”, afir-



ALEXSANDER FERRAZ

Projeto de transformar prédio em faculdade foi exposto há sete anos

## DEVOLUÇÃO

O Centro Paula Souza pretende devolver em março as chaves do antigo prédio da Etec Escolástica Rosa à Santa Casa de Santos, dona do imóvel. O prazo foi estimado para se fazer a mudança para o novo prédio, que fica na Vila Mathias. Até a data, serão depositados em juízo os valores integrais do aluguel pelo espaço, de R\$ 166 mil. Entre abril e junho, a expectativa é o pagamento proporcional pela área destinada à Fatec. Desde janeiro, a Santa Casa cobra a devolução do espaço, alvo de ação judicial de despejo. Em nota, a instituição filantrópica informou que “se manifestará assim que retomar o imóvel, o que não aconteceu até o presente momento”.

mou, no encontro. Por isso, o esboço do projeto não consta mais no site nem nos corredores da Fatec.

O Governo do Estado anunciou, em janeiro de 2012, o plano de transformar a Hospedaria em Fatec. O projeto custaria R\$ 82 milhões. O local, com 14,6 mil metros quadrados (m<sup>2</sup>), receberia novos cursos, como o de Tecnologia

de Gás e Petróleo.

### EXPLICAÇÕES

A Prefeitura de Santos afirma que a criação da faixa de amortecimento não avançou na votação da Lei de Uso e Ocupação do Solo pela Câmara. “Caso houvesse sido aprovada, a delimitação não inviabilizaria a instalação (do campus), pois o uso é permitido pela legisla-

ção”, diz, em nota.

Afirma que a divisão “seria uma zona de transição entre atividades portuárias e atividades já desenvolvidas no local. (...) A Prefeitura lamenta (a devolução do imóvel) e ressalta que a implantação da Fatec auxiliaria na renovação urbana do entorno.”

Contudo, a possível inclusão do lote como Zona Industrial e Retoportuária II (ZIR II) foi citada em audiências públicas que antecederam a votação. Se isso ocorrer, não poderá haver uso dele para educação.

O Centro Paula Souza limitou-se a informar que a “prioridade da instituição no momento é a transferência da Etec Dona Escolástica Rosa para um prédio mais moderno e melhor adequado às necessidades dos estudantes”.

### O IMÓVEL

Tombado em 1998 como patrimônio histórico, o imóvel foi projetado para abrigar imigrantes que chegavam pelo cais, mas isso nunca ocorreu.

Nele, funcionaram entrepostos de café e de banana e uma garagem da Polícia Civil. Houve projetos para ter centro de convenções, campus da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e espaço para atividades culturais – nenhum concretizado.

## O PROJETO DA CAVA



■ A cava construída no estuário de Santos serviu para receber o material dragado do Canal de Piaçaguera, composto por sedimentos poluídos. A obra foi licenciada e ainda é monitorada pela Cetesb

# Cetesb defende cava subaquática

DA REDAÇÃO

O monitoramento da cava subaquática construída pelo Terminal Integrador Portuário Luiz Antonio Mesquita (Tiplam), instalação da operadora logística VLI no Porto de Santos, conta com 56 mil dados coletados e é realizado de maneira constante. A informação é da diretora-presidente da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), Patrícia Iglecias, e será abordada na noite de hoje, durante audiência pública, na Câmara Municipal de Santos.

A cava subaquática foi construída para a deposição de material dragado do Canal de Piaçaguera. Nesta região, os sedimentos são altamente contaminados por conta de anos de atividade industrial no polo de Cubatão. Os riscos de uma eventual contaminação voltaram a ser discutidos, após o rompimento da Barragem de Brumadinho (MG), no mês passado.

AVLI, empresa responsável pelo empreendimento, garante sua segurança. Por outro lado, ambientalistas apontam a insegurança da deposição de material tóxico em cavas e o risco de poluição, além de uma ameaça à pesca artesanal.

Mas, para a presidente da Cetesb, não há motivos para pânico. Isto porque o processo de aprovação do licenciamento da cava envolveu análises técnicas e foi feito com base na legislação vigente e nas melhores práticas adotadas mundo afora.

“O local apresenta estabilidade geotécnica, é um local abrigado, que fica a 90 metros do Canal de Piaçaguera. Está livre da ação de ventos e correntes, da movimentação de embarcações. As questões técnicas e legais foram consideradas na aprovação desse projeto. Do ponto de vista técnico, ele foi considerado o melhor projeto para a colocação do sedimento de dragagem do canal”, afirmou Iglecias.

Segundo a executiva, mesmo com todas essas características, a cava ainda é monitorada periodicamente.

### PROJETO DE LEI

O plano de elaboração de um projeto de lei para proibir a construção de novas cavas na região foi rechaçado pela presidente da Cetesb. Segundo ela, não há ocorrência de acidentes com cavas no Brasil e no Mundo. Além disso, se fossem transportados, seriam necessárias 215 mil viagens

de caminhão para levar os sedimentos a um aterro terrestre.

“Esse tipo de análise já foi feita e é muito pior do ponto de vista ambiental. O projeto de lei precisa levar em conta todos os aspectos técnicos porque nós corremos o risco de ter uma lei pior para o meio ambiente. A Baixada Santista não tem áreas para disposição desses sedimentos, o que significa dizer que um eventual projeto de lei desse tipo vai gerar um prejuízo do ponto de vista ambiental”, afirmou.

Segundo Iglecias, ainda serão depositados 150 mil metros cúbicos de sedimentos. Depois haverá o fechamento da cava com areia e sua sedimentação. No total, a cava pode receber 2,4 milhões de metros cúbicos de material dragado.

“Esse fechamento com areia significa que aquele ambiente retoma as suas condições originais. Significa dizer que ele passa a ser reabilitado pela avifauna local. Isso é tão interessante que, após dois anos, aquele 1,5 metro de areia que recobre a cava fica perfeitamente como areia de sempre, o banco de areia que era originalmente”.

# Obras da nova Ponta da Praia já começaram

Prefeitura havia dito que aguardaria estudo

GUSTAVO T. DE MIRANDA  
DAREDAÇÃO

Apesar de a Prefeitura ter anunciado o início das obras para a próxima segunda-feira, as intervenções do projeto da nova Ponta da Praia já começaram. A Administração havia prometido iniciar os serviços somente após concluir o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) do empreendimento, que engloba construção de centro de convenções, mercado de peixe e remodelação viária do bairro.

O projeto tem enfrentado resistência. Após audiência na Câmara, na segunda-feira, vereadores, trabalhadores da pesca e armadores criticaram a falta de diálogo da Prefeitura a respeito do projeto, que será custeado pelo Grupo Mendes.

Mais queixas foram feitas ontem, após a visita de comissões de vereadores, sindicalistas e pessoal administrativo do Terminal Público Pesqueiro de Santos (TPPS). Ali, o grupo encontrou um canteiro de obras — tubos de cimento, equipamentos e trabalhadores.

O coordenador do projeto, o arquiteto Glaucus Farinello, admitiu que obras viárias já estão sendo feitas no local. Porém, disse que as novas edificações serão erguidas apenas após as conclusões do EIV, sob análise da Comissão Municipal de Análise do Impacto de Vizinhança (Comaiv).

A vitória fez parte das atividades das comissões da Travessia Santos-Guarujá e das Leis de Planejamen-

## MAIS ETAPAS

O secretário de Desenvolvimento Urbano, Júlio Eduardo dos Santos, é o presidente do Comaiv. Ele afirma que a Prefeitura está obedecendo a todos os trâmites legais para viabilizar os empreendimentos no bairro. Inicialmente, a Prefeitura não acreditava que fosse necessário EIV para construir o centro de convenções e o novo mercado de peixes, como chegou a afirmar o prefeito Paulo Alexandre Barbosa.

A postura foi revista após questionamentos do Ministério Público Estadual. “O entendimento inicial era de que empreendimento público não precisa de alvará. Mas revimos essa interpretação. Agora, vamos seguir tudo o que determina a lei do EIV”, explica Glaucus Farinello. Para Julio Eduardo dos Santos, estender a conversa aos vereadores e aos trabalhadores da pesca é salutar. “O projeto vai se aperfeiçoar. Isso é importante porque vai mudar a Ponta da Praia.”

## EXPOSIÇÃO

A Associação Comercial de Santos (ACS) e a Prefeitura de Santos apresentarão o projeto para o bairro na próxima quarta-feira, das 8h45 às 12 horas. A exposição será feita pelo prefeito Paulo Alexandre Barbosa (PSDB). O evento ocorrerá no auditório da associação (Rua XV de Novembro, 137, Centro). Inscrições pelo e-mail [eventos@acs.org.br](mailto:eventos@acs.org.br).

to Urbano, ambas da Câmara. Estiveram com trabalhadores da pesca e armadores os vereadores Sadao Nakai,



FOTOS CARLOS NOGUEIRA

Tubos de cimento, equipamentos e trabalhadores já estão na área do Terminal Pesqueiro Público de Santos (TPPS); comissão quer diálogo



Local passa por intervenções viárias. Porém, novos prédios serão construídos só após a conclusão do EIV...

Geonísio Aguiar, o Boquinha (ambos do PSDB), Audrey Kleys (PP) e Fabrício Cardoso (PSB).

### PEDIDOS

Segundo o presidente do Sindicato dos Movimentadores de Mercadorias e Cargas em Geral de Santos e Região (Sintrammar), Francisco Erivan Pereira, não houve diálogo para discutir o impacto na vizinhan-

ça. A entidade representa trabalhadores que manuseiam pescado.

“Estou nessa discussão para defender um espaço nosso dentro do empreendimento. No novo projeto, esse espaço está fadado a ser eliminado. Os trabalhadores precisam estar inseridos nesse projeto”, argumenta o sindicalista.

Uma demandas tem relação com uma fábrica de ge-

lo desativada no terminal — sem ela, as atividades do TPPS ficam prejudicadas. “Essas são demandas relativamente simples, que poderiam ser inseridas no contrato celebrado entre a Prefeitura de Santos e o Grupo Mendes”, opina o vereador Sadao Nakai.

Glaucus Farinello respondeu que “a Prefeitura se coloca à disposição para ajudar, mas não podemos nos



... como diz Glaucus Farinello

responsabilizar por coisas que são da União. O terminal pesqueiro está em área de domínio da União.”

### PRESSA

Nakai considera que as decisões sobre o projeto da nova Ponta da Praia estão sendo tomadas de forma apressada.

“Acabei acionando as comissões da Câmara dos Vereadores porque essa era a única maneira de fiscalizar o projeto. Acho que a população merecia participar de um amplo debate, dado o volume financeiro que envolve o acordo do Município com o grupo empresarial”, opina.



## CONTRA PUNTO

Por Carlos Ratton e colaboradores



RODRIGO MONTALDI/DIÁRIO DO LITORAL

**Casas noturnas.** O vereador Antônio Carlos Banha Joaquim (MDB) apresentou projeto de lei que visa propiciar segurança aos frequentadores das casas noturnas de Santos. O projeto foi aprovado em primeira discussão. Para o vereador, a iniciativa é de suma importância para evitar abusos, constrangimento e situações trágicas como a ocorrida recentemente em casas noturnas como a Allure Café, no Centro Histórico, e a Bacará, no Embaré.

**Cartaz e multa.** O projeto obriga as casas noturnas, de shows e eventos, a exibirem cartazes ou placas (com dimensões adequadas) de fácil visualização, contendo o nome da empresa, endereço, identificação do responsável, bem como a listas com nomes e certificados de reciclagens dos seguranças e bombeiros vinculadas a empresa que realizará a segurança do local. Tudo reconhecido pela Polícia Federal. Os infratores receberão multa de R\$ 2mil e, em caso de reincidência, o valor será dobrado, bem como poderá ocorrer a cassação do alvará.

**Sem conferência.** Os vereadores de Itanhaém aprovaram Projeto de Lei nº 03/2019, de autoria do Presidente da Câmara, Vereador Hugo Di Lallo (PPS), que proíbe a conferência, revista ou vistoria das mercadorias após o pagamento no caixa das redes de Supermercados varejistas ou atacadistas. A matéria já foi objeto de consulta ao STF, que entende que cabe ao Município legislar sobre os assuntos de interesse local. “Essa conferência após o pagamento gera um desconforto ao consumidor e é exatamente isso que queremos coibir”, ressalta. Agora a presente Lei, aprovada pelos 10 vereadores da casa segue para a sanção do prefeito Marco Aurélio Gomes (PSDB).

**Eu uso óculos.** Está pautada para a sessão da próxima terça-feira (26) a análise do Projeto de Lei 173/2018, de autoria do vereador de Guarujá Sergio Santa Cruz (PRB), que dispõe sobre a proibição da venda de óculos de grau sem prescrição médica em farmácias, óticas e demais estabelecimentos presentes em nosso Município. De acordo com a proposta, os comércios que desobedecerem a regra ficarão sujeitos a autuações, multas e, até mesmo, fechamento administrativo.

**Malefícios.** O autor da proposta destaca que o uso inadequado de óculos de grau sem prescrição de um oftalmologista traz malefícios irreparáveis. “Mesmo sem autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para a comercialização, as vendas nas drogarias continuam. Aliás, a situação é tão problemática que o produto chega a ser vendido indiscriminadamente até em livrarias e lojas de conveniência”, destaca Sérgio Santa Cruz, lembrando que, nesses locais, não há profissionais habilitados para avaliar, muito menos indicar o uso correto das lentes.